



8329224



08129.002051/2019-50



Ministério da Justiça e Segurança Pública
Diretoria de Políticas Públicas e Articulação Institucional
Coordenação-Geral de Políticas Públicas

Despacho nº 35/2019/CGPP/DPPA/SENAD

Destino: **DILIC**

Assunto: **Administração Geral: Prospecção para Aquisições e Contratações**

Interessado(a): **Diretoria de Gestão de Ativos**

1. Trata-se de pedido de manifestação encaminhada pela DILIC (8325202) ante a impetração de Pedido de Esclarecimento (8325164) apresentado por Helcio Kronberg, leiloeiro público oficial, matriculado perante a Jucepar sob o número 653.

2. Demanda o solicitante esclarecimentos quanto ao item 7.20.2 do Edital, 8.1.4 e 19.2.1 do Termo de Referência, a saber:

"1) No item 7.20.2 consta a obrigação da apresentação de atestado que comprove "a realização de leilões de bens móveis, que se enquadre no objeto da presente licitação". Contudo, enquanto o item 1.1 do Edital mencionado que o objeto da licitação é a "realização de leilão de bens móveis", o item 5.1 do Termo de Referência descreve os serviços a serem prestados pelo leiloeiro (remoção, guarda, depósito, organização e pós-venda). Diante disso, indaga-se:

1.1) O atestado que comprovar apenas a realização de leilão de bens móveis é suficiente para cumprir o requisito previsto no item 7.20.2 ou o atestado deve, obrigatoriamente, comprovar ter o licitante realizado todos os demais serviços previstos no item 5.1 do Termo de Referência?

Resposta - Para efeitos de comprovação capacidade técnica, serão válidos documentos que atestem a realização de leilão de bens móveis.

1.2) Caso seja necessário que no atestado conste a realização dos serviços indicados no item 5.1 do Termo de Referência, indaga-se se, no que diz respeito aos bens que não forem veículos, fica dispensada a comprovação da "regularização" dos bens? (à medida que só há que se falar em "regularização" pós leilão quando se tratar de veículos, pois apenas em relação a estes bens há procedimentos, pós leilão, relativos a desvinculação de eventuais débitos que recaiam sobre o bem).

Resposta - Para efeitos de comprovação capacidade técnica, serão válidos documentos que atestem a realização de parcela de maior relevância e valor significativo do objeto e aspectos técnicos e econômicos indispensáveis ao cumprimento das obrigações inerentes ao futuro contrato, no caso em questão, serão utilizados como parâmetro a comprovação a realização, com êxito, do percentual estabelecido no item 7.20.2.1 dos quantitativos estimados constantes na tabela presente no item 8.1.4, do Termo de Referência anexo ao Edital, utilizando-se como parâmetro e leilão de veículos.

2) O item 7.20.2.1 do Edital exige que o(s) atestado(s) a ser(em) apresentado(s) comprovem realização, com êxito, de objeto semelhante “em quantidade mínima igual ou superior a 10 % (dez por cento) dos quantitativos estimados constantes na tabela presente no item 8.1.4 do Termo de Referência”. Contudo, nota-se que o quadro previsto no item 8.1.4 do Termo de Referência prevê, em cada item, quantidade de bens diversos (aeronave, diversos, eletrônicos, etc..). Diante disso, indaga-se 2.1) O(s) atestado(s) a ser(em) apresentado(s) devem comprovar a quantidade mínimo de 10% para cada um dos bens relacionados no referido quadro (aeronave, diversos, eletrônicos, etc..) ou basta a comprovação da quantidade equivalente a 10% do total indicado no mesmo quadro? 2.2) Na hipótese da necessidade de comprovação do mínimo de 10% de cada um dos bens (aeronave, diversos, eletrônicos, etc..) indaga-se se, no caso de inexistir algum tipo de bem em um item específico (a exemplo da inexistência de aeronave no item 1 do quadro), ainda assim é necessário comprovar a venda de tal bem?”

Resposta - Para efeitos de comprovação capacidade técnica, serão válidos documentos que atestem a realização de parcela de maior relevância e valor significativo do objeto e aspectos técnicos e econômicos indispensáveis ao cumprimento das obrigações inerentes ao futuro contrato, no caso em questão, serão utilizados como parâmetro a comprovação de realização, com êxito, do percentual estabelecido no item 7.20.2.1 dos quantitativos estimados constantes na tabela presente no item 8.1.4, do Termo de Referência anexo ao Edital, leilão de veículos.

3) O quadro apresentado no item 8.1.4 do Termo de Referência prevê, no Estado do Paraná, 02 itens, ou seja, o item 1 e o item 3. A esse respeito, indaga-se:

3.1) Há alguma vedação para que um mesmo interessado (leiloeiro matriculado perante a Junta Comercial do Estado do Paraná) participe dos 02 itens?

Resposta - O Edital não prevê a restrição quanto à possibilidade de participação em mais de um item.

3.2) Na hipótese de um mesmo interessado participar/concorrer no dois itens acima mencionados, o(s) mesmo(s) atestado(s) podem ser apresentados por ocasião da entrega dos documentos de cada item? Em caso positivo, basta que cada atestado comprove o mínimo de 10% considerando os bens de cada item ou é necessário que um mesmo atestado comprove o mínimo de 10% considerando a soma dos bens das duas regiões? Ainda nesta hipótese, é possível apresentar, para um dos itens, cópia simples ou autenticada do(s) mesmo(s) atestado(s) apresentados no outro item?”

Resposta - Para efeitos de comprovação capacidade técnica, serão válidos documentos que atestem a realização, com êxito, do percentual estabelecido no item 7.20.2.1 dos quantitativos estimados constantes na tabela presente no item 8.1.4, do Termo de Referência anexo ao Edital, tendo como parâmetro leilão de veículos cuja comprovação deverá ocorrer para cada item, podendo ser apresentado cópia autenticada.

4) A apresentação de mandado judicial de entrega de bens (no caso de leilão judicial) supre a exigência prevista no item 7.20.2 do Edital, sendo recebido como se atestado fosse ou, ainda assim, é necessário que o r. juízo competente expeça um “atestado”?

Resposta - A declaração deve ser emitida pelo licitante, conforme item 7.20.4.

3. Demanda o solicitante esclarecimentos quanto:

2.2. Eventuais débitos que recaiam sobre os bens levados à leilão. Art. 328 do Código de Trânsito:

Prevendo o edital de licitação o leilão de veículos, aeronaves e embarcações sobre as quais podem recair débitos, é necessário indagar se, na hipótese de, sobre o bem ofertado em leilão recaírem débitos (a exemplo de IPVA, Licenciamento, multas, etc..), o valor arrecadado no leilão, antes, deve ser destinado a quitação e tais débitos (conforme prevê o art. 328 do Código de Trânsito) ou o valor integral arrecadado no leilão deve ser destinado à União?

Resposta - Após o certame o Leiloeiro Público Oficial solicitará aos órgãos de trânsito e secretarias estaduais de fazenda as baixas dos débitos existentes, conforme preceitua a legislação em vigor (§5º do artigo 144-A do Código de Processo Penal, acrescentando pelo artigo 5º da Lei nº 12.694 de 24 de Julho de 2012). Assim, a autoridade de trânsito ou órgão de registro e controle ou equivalente, expedirá o certificado de registro e licenciamento em favor do arrematante, ficando este livre do pagamento de multas, encargos e tributos anteriores, sem prejuízo de execução fiscal em relação ao anterior proprietário.

2.3. Da previsão da emissão de Nota Fiscal. Item 9.1.40 da Minuta do Contrato: O item 9.1.40 da proposta de Minuta do Contrato (anexo ao Edital) prevê a emissão de Nota Fiscal pelo leiloeiro. Contudo, tendo a licitação sido restrita a contratação de leiloeiro "pessoa física" não há que se falar na emissão de Nota Fiscal, cuja emissão é restrita às pessoas jurídicas. Diante disso, indaga-se se será permitido fazer constar, no edital e demais documentos relativos aos leilões a serem realizados com base na licitação em questão, os dados da empresa individual do leiloeiro público (constituída com base no art. 30, parágrafo único, da Resolução 17/2013 do DREI), permitindo, assim, se necessário, a emissão de nota.

Resposta - Poderão ser utilizados documentos equivalentes podendo ser Fatura de leilão ou Nota de venda.

2.4. Da eventual existência de bens imóveis: Tendo em vista o edital e o Termo de Referência não fazerem qualquer menção a respeito, é necessário indagar se, na hipótese de algum bem imóvel, localizado em algumas das regiões (itens) previstos no quadro indicado no item 8.1.4 do Termo de Referência, cujo perdimento vier a decretado em favor da União durante a vigência do contrato a ser assinado, tais bens (imóveis) também poderão vir a ser objeto de leilão com base na licitação em questão?

Resposta - Os imóveis perdidos em favor da União não podem ser alienados por nesse processo licitatório, ante ao fato de que a gestão dos mesmos é da Secretaria do Patrimônio da União - SPU.

4.



Documento assinado eletronicamente por **PAULA CHRISTIANE BRISOLA, Coordenador(a)-Geral de Políticas Públicas**, em 21/03/2019, às 10:29, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.autentica.mj.gov.br> informando o código verificador **8329224** e o código CRC **B63DA296**

O trâmite deste documento pode ser acompanhado pelo site <http://www.justica.gov.br/aceso-a-sistemas/protocolo> e tem validade de prova de registro de protocolo no Ministério da Justiça e Segurança Pública.

